SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/10/2015 - Instituto Telecom

Mensagem velha para um novo ministro

Mais uma vez o Ministério das Comunicações foi escolhido como moeda de troca no jogo político para garantir a governabilidade do país.

Ao novo ministro, André Figueiredo, um neófito no setor, elencamos aqui alguns pontos da importante pauta das (tele)comunicações que há muito tempo vem sendo apresentada pelos movimentos sociais, representados entre outros pela Campanha Banda Larga é um Direito Seu, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e os trabalhadores do setor.

O ponto histórico de partida pode ser a primeira, e até agora única, Conferência Nacional das Comunicações (Confecom), ocorrida em 2009, que reuniu entidades da sociedade civil, trabalhadores do setor, empresários e representantes do governo, incluindo o Ministério das Comunicações. Naquela ocasião, deliberações importantes foram aprovadas como: banda larga em regime público, discussão de uma nova legislação para o setor das (tele) comunicações, o fim da terceirização das atividades fins do setor.

Dessas importantes deliberações, seis anos depois da Confecom conseguimos uma importante vitória com a aprovação da Lei 12.965/14, o chamado Marco Civil da Internet, que em seu artigo 7º considera a banda larga como serviço essencial. Definição importante, já que o Artigo 65 da Lei Geral de Telecomunicações estabelece que nenhum serviço essencial pode ser prestado apenas em regime privado.

Ainda no tocante à banda larga, nós, do movimento social, entregamos uma carta aos ministros Paulo Bernardo e Ricardo Berzoini cobrando banda larga com metas de universalização, qualidade, reversibilidade dos bens, modicidade tarifária. Até hoje não foi dada qualquer resposta.

Na luta pela democratização das comunicações, destacamos também o papel estratégico da Telebrás no processo de universalização da banda larga e lembramos que o Código Brasileiro de Telecomunicações é de 1962, ou seja, anterior à ditadura militar e precisa ser revisto urgentemente. Nada aconteceu.

Os trabalhadores do setor, em especial os da rede e de teleatendimento, sofrem com a terceirização de atividades fins, com salários aviltantes e condições de trabalho degradantes. A Súmula 331 do TST diz claramente que essas áreas não podem ser terceirizadas. A Anatel, a quem compete a fiscalização, nada faz.

Ainda no governo Lula foi criado o Fórum Brasil Conectado para discutir a expansão da banda larga. O atual governo nunca convocou o Fórum. E o Conselho Consultivo da Anatel, composto por representantes da sociedade, vem trabalhando com a metade dos seus membros – apenas seis -, porque o governo não indica a outra metade.

Essa é uma mensagem velha, ministro. Apesar disso, mantemos a esperança de que, desta vez, o novo titular das Comunicações nos dê respostas novas a essas questões tão importantes.

Em 12 de outubro de 2015 13:40, Marcello Miranda <marcello13@uol.com.br> escreveu:

Mensagem Velha para um novo Ministro

Podemos até não concordar, mas sabemos que o Ministério das Comunicações foi, mais uma vez escolhido no jogo político para garantir a governabilidade do país.

Mas gostaríamos de lembrar ao Ministro André Figueiredo que há muito tempo o movimento social, a Campanha Banda Larga é um Direito Seu, o Fórum Nacional pela Democratização e os trabalhadores do setor têm lutado para discutir uma pauta com este Ministério e participarem da sua implementação.

Podemos ter como ponto histórico de partida a Conferência Nacional das Comunicações (Confecom), ocorrida em 2009 para discutir pontos estratégicos para as comunicações do nosso país. Foram reunidos setores da sociedade civil, trabalhadores do setor, empresários e representantes do governo, incluindo o Ministério das Comunicações.

Leia mais em:

http://www.institutotelecom.com.br/nossa-opiniao-mensagem-velha-para-um-novo-ministro/

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/10/2015 - Telesíntese

Após rumores com Oi e TIM, agora volta à berlinda venda da Nextel

Conforme a agência Reuters, a NII Holding, controladora da Nextel, estaria se movimentando para contratar um "adviser" para venda da operação brasileira.

A norte-americana NII Holdings, controladora da operadora de telefonia celular Nextel, está planejando explorar alternativas estratégicas para seus negócios no Brasil, informa a agência Reuters.

A NII, que tem um valor de mercado de cerca de US$ 700 milhões, conversou nas últimas semanas com bancos de investimentos sobre contratação de um conselheiro financeiro para explorar as opções, incluindo uma potencial venda, afirmaram as fontes.

A Nextel Brasil é a maior parte dos negócios da NII, que pediu proteção judicial contra credores nos Estados Unidos em setembro de 201, com uma dívida de US$ 5,8 bilhões e deixou o processo em junho deste ano. A Anatel já aprovou essa operação, que representou a completa mudança do capital da controladora, que passou para os antigos credores, entre eles, o fundo Aurelius Capital Management. Em agosto, o ex-CEO da Oi, Francisco Valim foi nomeado presidente da operação brasileira.

09/10/2015 - Telesíntese

Brasil fecha agosto com 224,7 milhões de acessos banda larga

Conforme o SindiTelebrasil, o 4G já chega a 194 municípios brasileiros, com 47% da população.

O Brasil fechou o mês de agosto com 224,7 milhões de acessos em banda larga, o que representou um crescimento de 31% frente a agosto de 2014. Segundo levantamento da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), nesse período de doze meses, de agosto de 2014 a agosto deste ano, 53 milhões de novos acessos foram ativados.

A banda larga móvel, pelas redes de 3G e 4G, liderou a expansão dos acessos à internet, chegando em agosto a 199,5 milhões de conexões, com 35% de crescimento em relação a agosto de 2014. A banda larga pela tecnologia de quarta geração (4G) fechou agosto com 16,5 milhões de acessos.

Na banda larga fixa, os acessos somaram 25,2 milhões em agosto. Desse total, 1,7 milhão de conexões foram ativadas no período de doze meses, com crescimento de 7,2%. A infraestrutura de banda larga fixa está presente em todos os municípios brasileiros. É por meio dessas redes que as concessionárias atendem com banda larga gratuita a mais de 66 mil instituições públicas de ensino fundamental e médio, pelo programa Banda Larga nas Escolas.

O crescimento também se deu na cobertura das redes de banda larga móvel, ativada em 470 novos municípios, no período de doze meses. Ao todo, as redes de terceira geração estão instaladas em 4.241 municípios, onde moram 94% dos brasileiros. O 4G já chega a 194 cidades, que concentram 47% da população brasileira.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/10/2015 - Carta Maior

Declínio da pobreza no Brasil foi mais rápido, diz Banco Mundial

O Brasil diminuiu a extrema pobreza em 64%, que passou de 10,2% da população em 2001 para 4,2% em 2013.

O número de pessoas vivendo em situação de pobreza extrema no Brasil caiu 64% entre 2001 e 2013, passando de 13,6% para 4,9% da população, segundo dados divulgados nesta semana pelo Banco Mundial. Os dados foram divulgados durante reunião do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional) em Lima, no Peru.

De acordo com a nova metodologia, a linha de pobreza estabelecida pelo Banco Mundial é de US$ 1,90 (cerca de R$ 7,32) por dia, contra US$ 1,25 (cerca de R$ 4,81 na cotação atual) por dia na metodologia antiga. Em vez de 59% de redução, o Brasil na verdade diminuiu a extrema pobreza em 64%, que passou de 10,2% da população em 2001 para 4,2% em 2013.

A linha anterior tinha como base preços de 2005. A atualização preserva o real poder de compra, considerando fatores como inflação, taxa de câmbio e preços de matérias-primas e incorporando dados sobre diferenças no custo de vida nos países.

O que de fato mudou é o declínio mais acentuado da pobreza, percentualmente.

No Brasil, o declínio foi mais rápido

Segundo o economista Emmanuel Skoufias, especialista do Banco Mundial em América Latina e redução de pobreza, o declínio nos índices de pobreza no Brasil foi mais rápido do que em outros países da região.

"Verificamos a mesma tendência na maioria dos países da América Latina, de queda na pobreza com a nova linha. Em muitos países, a uma velocidade maior do que a verificada com a linha anterior", disse Skoufias à BBC Brasil.

Brasil é um dos países mais bem-sucedidos na redução da pobreza

"Mas de maneira geral o Brasil é um dos países mais bem-sucedidos na redução da pobreza nos últimos 15 anos", afirma. "Apesar de todos os países latino-americanos terem se beneficiado do boom das commodities nos anos 2000, no Brasil o declínio da taxa de pobreza foi mais rápido do que no resto da região."

Inclusão social

O economista atribui o sucesso a programas como o Bolsa Família e o Brasil sem Miséria, que considera "muitos eficazes para evitar que pessoas caiam na pobreza e para ajudá-las a sair da pobreza".

Os dados do Banco Mundial para o Brasil vão até 2013 e não levam em conta a crise econômica atual. Segundo o FMI, a economia brasileira deve encolher 3% neste ano.

O Banco Mundial diz que a desaceleração econômica em muitas economias emergentes representa um desafio na luta contra a pobreza.

Para Skoufias, as redes de proteção em vigor no país deverão evitar que muitas pessoas voltem para uma situação de pobreza. No entanto, é possível que que a atual crise econômica interrompa o avanço na redução da pobreza no Brasil quando analisados os dados de 2014 e 2015.

Redução global - perspectiva

O Banco Mundial projeta que o número global de pessoas em situação de pobreza extrema vai cair de 902 milhões (ou 12,8% da população global) em 2012 para 702 milhões (9,6%) até o fim deste ano.

Será a primeira vez que menos de 10% da população mundial vive em situação de pobreza extrema.

Em 1990, a pobreza extrema atingia 37,1% da população global.

Na América Latina, o número de pessoas nessa situação vai cair de 37,1 milhões (6,2% da população da região) em 2012 para 29,7 milhões (5,6%) até o fim deste ano.

Segundo o Banco Mundial, a África Subsaariana terá queda de 42,6% para 35,2% no período, mas ainda assim vai concentrar metade de todas as pessoas do mundo em situação de extrema pobreza.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/10/2015 - Carta Maior

Operação Zelotes vai pegar a RBS/Globo?

Além da Globo/RBS, está entre os suspeitos o ministro do TCU, Augusto Nardes. Daí se explica a pífia cobertura midiática sobre o caso.

Os barões da mídia devem estar preocupados. O Portal Imprensa destacou nesta quinta-feira (8) que a "Polícia Federal deflagra nova etapa da Operação Zelotes; RBS é alvo da investigação". Até agora, a imprensa privada fez de tudo para abafar o escândalo das fraudes fiscais, que envolve empresários de peso - como os sócios do Grupo Gerdau e os donos da RBS, afiliada da TV Globo no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Mas a operação segue em andamento e começa a dar os primeiros frutos.

Segundo a reportagem, sete mandados de busca e apreensão foram determinados pela PF nesta nova fase das apurações. Iniciada em 26 de março passado, com o cumprimento de 41 mandatos de busca, a Operação Zelotes investiga os crimes de tráfico de influência, corrupção passiva e ativa, associação criminosa e lavagem de dinheiro. Segundo perícias da Receita Federal, o assalto aos cofres públicos soma de R$ 5,7 bilhões. Mas há suspeita de que o rombo seja três vezes maior - bem mais do que o apurado na midiática Operação Lava-Jato. Apesar dos estragos, a mídia evita destacar o assunto - que envolve empresas de comunicação e poderosos anunciantes, além de figuras carimbadas da politica.

Entre os suspeitos estão o ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes - que teve seus 19 minutos de fama com a rejeição das contas do presidenta Dilma no TCU -, os bancos Bradesco, Safra, Pactual e Bank Boston, a montadora Ford, a BR Foods, a Petrobras, a Camargo Corrêa, a Light "e o grupo RBS, afiliado da Rede Globo nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul" - registra o Portal Imprensa, que dá mais detalhes da Operação Zelotes:

"O caso começou a ser investigado após denúncia anônima do conselheiro Paulo Roberto Cortez à Receita e à PF. Ele alegou que conselheiros recebiam propina para atrasar processos de grandes empresas que discutiam dívidas do 'tribunal administrativo da Receita'. O objetivo era reduzir ou até mesmo anular multas. A RBS seria uma das empresas com indícios mais fortes de participação no esquema de corrupção efetuado para não pagar impostos. O presidente-executivo do grupo RBS, Eduardo Sirotsky Melzer, chegou a ser convocado para depor na CPI do Carf".

Já em nota oficial, o Ministério da Fazenda confirmou que, em sua terceira fase, a Operação Zelotes cumpriu nesta quinta-feira (8) sete mandados de busca e apreensão e que a ação tem como objetivo coletar novos documentos sobre o escândalo. "As investigações têm apontado para a existência de irregularidades que consistiram na manipulação de decisões, mediante a atuação coordenada de agentes públicos e privados, com a finalidade de reduzir ou extinguir débitos tributários com o consequente prejuízo para a Administração Pública", afirma o texto.

Será que agora a RBS, afiliada da TV Globo, vai pagar por seus crimes? A conferir!

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/10/2015 - Carta Maior

JBS é condenada em R$ 1 milhão e tem unidade interditada em MT

A empresa foi acionada pelo MPT na Justiça do Trabalho por praticar dumping social e descumprir medidas de proteção contra incêndios e vazamentos de amônia

A pedido do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT), a Justiça do Trabalho condenou a JBS S/A, dona das marcas Friboi e Seara, ao pagamento de um milhão de reais por expor a vida de 270 trabalhadores da unidade em Alta Floresta, a 800 km de Cuiabá. O valor refere-se à reparação pelo dano moral coletivo causado pela empresa e, ainda, pela prática de dumping social: diminuição dos custos de produção por meio da precarização da mão de obra, a fim de tornar-se mais competitiva no mercado.

"Ora, restou claro que a Reclamada [JBS], ao não conter requisitos mínimos para que haja local de trabalho adequado, praticou concorrência desleal, uma vez que não observou a legislação referente à medicina e à segurança do trabalho. Assim, enriqueceu ilicitamente à custa da segurança de seus empregados", frisou a juíza do Trabalho Bruna Gusso Baggio, prolatora da sentença.

Além da indenização por dano moral coletivo e dumping social, a empresa teve o setor de desossa interditado até a adoção de medidas emergenciais para garantir a segurança da operação da planta, tendo em vista que, ante a não implementação dos projetos devidos, a unidade não apresenta condições de responder de maneira eficaz a eventuais incidentes, tais como vazamentos de amônia, incêndios e outros.

A procuradora do Trabalho Jéssica Marcela Schneider, que conduz a ação, explica que a amônia é um gás extremamente corrosivo, que irrita gravemente as vias respiratórias, olhos e pele. A depender do tempo e do nível de exposição, pode provocar efeitos que vão de graves lesões corporais até a morte. "A interdição do setor tem o intuito de garantir a adoção das medidas de maior urgência antes que os trabalhadores retomem suas atividades, de modo que iniciem sua jornada com a certeza de retornar às suas famílias, em segurança, ao final de cada dia", ressalta.

Na decisão, a magistrada determina que o frigorífico implemente o Plano de Respostas a Emergências (PRE), documento que contém as informações relativas à instalação e sua área de influência, considerando as características e a complexidade do local, e contempla ações específicas a serem adotadas na ocorrência de vazamentos de amônia para uma evacuação segura dos empregados.

Outra exigência é a implantação do Processo de Segurança contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros (PSCIP), obrigatório nos termos da Lei Estadual nº 8.399/2005, que fixa os critérios mínimos de segurança necessários à prevenção e proteção contra incêndio e pânico no Estado de Mato Grosso.

As irregularidades foram denunciadas ao MPT pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Laticínios do Portal da Amazônia (Sintracal) em julho de 2014. À época da denúncia, uma inspeção realizada pelo MPT no local comprovou a gravidade da situação, demonstrando que o frigorífico não possuía sinais de evacuação ou rotas de fuga para casos de emergência.

Já no decorrer da instrução do processo, uma perícia técnica realizada com o acompanhamento do MPT comprovou a permanência das irregularidades, desde a insuficiência das saídas de emergências e a inadequada disposição das máquinas do setor, que obstruem a circulação dos trabalhadores em caso de evacuação, até um extintor de incêndio vencido e com o lacre rompido.

Objetivo pedagógico

A procuradora do Trabalho Jéssica Marcela Schneider, do MPT em Alta Floresta, elogiou a decisão da Justiça do Trabalho, especialmente por reforçar a obrigação dos empregadores de investir em medidas preventivas de segurança e medicina do trabalho. "No caso em destaque, embora se trate de uma das maiores empresas do ramo alimentício do mundo, com faturamento anual bilionário, normas básicas de saúde e segurança eram descumpridas, expondo a vida dos cerca de 270 empregados do setor de desossa da unidade", pontua.

Ela destaca que "quando se trata de meio ambiente do trabalho, visa-se à garantia da segurança dos empregados e, por essa razão, o olhar deve ser sempre preventivo, o que não foi respeitado pela JBS, que permitiu a exposição de seus empregados por longos anos a condições inseguras, que deveriam ter sido sanadas antes mesmo do início das atividades na planta".

A procuradora também comentou sobre a condenação da multinacional pelos danos causados à coletividade. "Nesse contexto, a condenação tem cunho punitivo, mas também um objetivo pedagógico muito marcante, no sentido de desestimular a permanência ou reincidência dos descumprimentos legais".

Vazamento de amônia

No ano passado, um vazamento de amônia no setor de desossa levou 17 empregados ao hospital. Segundo Jéssica Schneider, o acidente demonstrou claramente a incapacidade da JBS de responder de maneira rápida e eficiente a situações de emergência. "As consequências poderiam ter sido ainda mais drásticas caso o vazamento houvesse atingido proporções maiores", salienta.

Após o vazamento, a JBS chegou a ser interditada a pedido da procuradora do Trabalho Fernanda Alitta Moreira da Costa, que, na ocasião, conduzia a ação.

Processo 0000489-44.2014.5.23.0046

Informações: Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT)

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/10/2015 - CUT

Trabalhadores em todo o mundo dizem Não ao Trabalho Precário!

Em São Paulo, lideranças da CNQ e IndustriALL participaram de ato no Grande ABC

Neste 7 de outubro – Dia Mundial de Combate ao Trabalho Precário -, trabalhadores de mais de 45 países realizaram protestos e manifestações nas fábricas pelo trabalho decente. Em São Paulo, lideranças do IndustriALL Global Unión e da CNQ participaram de uma assembleia de protesto com os trabalhadores e trabalhadoras do turno da tarde da empresa CBC, em Ribeirão Pires, organizada pelo Sindicato dos Químicos do ABC.

Essas manifestações integram o projeto desenvolvido por IndustriALL Global Unión na luta contra o trabalho precário e em defesa do trabalho decente desenvolvido há cerca de cinco anos em países de vários continentes, entre os quais Ásia, Europa e América Latina.

O secretário geral de IndustriALL, Kemal Özkan, escolheu participar este ano de atos no Brasil devido à luta contra o projeto de lei 4330, aprovado pelos deputados federais, que agora tramita no Senado sob o número PLC 30/2015. Tal projeto libera a terceirização de forma geral, desregulamentando por completo as relações de trabalho. Mas o problema da precariedade no trabalho acontece no mundo todo.

"Hoje 40% dos trabalhadores do mundo estão na economia informal e 65% dos trabalhadores nos países em desenvolvimento são contratados precariamente. Esta situação tem que mudar imediatamente", afirma Kemal, que falou aos trabalhadores(as) durante o protesto na CBC.

Kemal ressalta que, em todo o mundo, os empregadores vêm aumentando as formas precárias de contratação de trabalho, como temporários, terceirização, para reduzir salários e custos com as condições de trabalho.

"Ao mesmo tempo, governos mudam as legislações para flexibilizar as condições de trabalho, para facilitar demissões e anular os contratos de empregos formais, trabalhando a favor das empresas", observa Kemal.

Para ele, isso é uma grande ameaça sobre a democracia, sobre os direitos dos trabalhadores, sobre os direitos sindicais e sobre a base da sociedade. "Gostaríamos de ter direitos permanentes no presente, no futuro, para os nossos filhos, para o futuro da sociedade".

Manifestações na América Latina

Devido aos projetos de lei da terceirização, no Brasil o projeto do IndustriALL é no sentido de armar os sindicatos filiados para combater e não permitir sua aprovação, mas o sindicato global organizou manifestações em outros países da América Latina. "É um projeto mundial, mas há uma coordenação da América Latina que está realizando atividades, além do Brasil, no Chile, Argentina e Colômbia, países escolhidos por conta de uma maior degradação nas condições de trabalho como a terceirização, o chamado trabalho negro na Argentina – que é a contratação de migrantes para atividades que deveriam ser feitas por trabalhadores diretos", explica Elias Soares (Pintado), coordenador do projeto contra o Trabalho Precário do IndustriALL na América Latina.

Leia mais em:
http://cut.org.br/noticias/trabalhadores-em-todo-o-mundo--dizem-nao-ao-trabalho-precario-7861/